



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINE STTEFANE CHAVES MENEZES

**FADIGA DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL A PARTIR DE DADOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
VISUAL DA UFC**

FORTALEZA

2025

ALINE STTEFANE CHAVES MENEZES

FADIGA DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL
A PARTIR DE DADOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DA UFC

Monografia apresentada ao curso de
Psicologia da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Beatriz Furtado
Alencar Lima

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M51f Menezes, Aline Sttefane Chaves.

Fadiga de acesso no ensino superior : uma análise interseccional de dados de estudantes com deficiência visual da UFC / Aline Sttefane Chaves Menezes. – 2025.

40 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Beatriz Furtado Alencar Lima.

1. Fadiga de acesso. 2. Deficiência visual. 3. Interseccionalidade. 4. Universidade. I. Título.

CDD 150

ALINE STTEFANE CHAVES MENEZES

FADIGA DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL
A PARTIR DE DADOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DA UFC

Monografia apresentada ao curso de
Psicologia da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Beatriz Furtado
Alencar Lima

Aprovada em: __/__/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Beatriz Furtado Alencar Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Marilene Calderaro da Silva Munguba
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Marivete Gesser
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

À todos os universitários com deficiência visual.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da minha escrita, eu me pegava pensando no dia em que escreveria esta seção do meu trabalho. Pois bem, esse dia chegou.

Agradeço à Deus, pelo dom da vida, por permitir que este momento chegasse e por todas as bênçãos que tenho vivido.

Agradeço aos meus pais, que são meu exemplo de vida. Ao meu pai, Arleno, que, debaixo de chuva e sol, fez e faz de tudo para que eu pudesse trilhar meu caminho na sombra do seu esforço. E a minha mãe, Suzane, que mesmo nos dias mais difíceis, acordava antes do sol nascer, enfrentando o cansaço e os dias longos, para que eu pudesse estudar e sonhar. Vocês me ensinaram, com o exemplo, a ser persistente e a correr atrás dos meus objetivos. Sempre acreditaram que o estudo era o caminho, e foi por ele que caminhei. Sem vocês, esse momento não seria possível. Obrigada por tudo.

À minha irmã, Evelyn, por todos os momentos de apoio, por toda a motivação que sempre me deu e por sempre acreditar em mim, quem dera todos pudessem ter uma irmã tão incrível quanto você.

Ao meu namorado, Gabriel, meu parceiro que escolhi para a vida, obrigada pelo apoio incondicional, amor, cuidado e por ser meu porto seguro quando preciso. Agradeço por acreditar em mim mesmo quando eu mesma duvidei.

Aos meus avós maternos, Maria Luiza e Nonato Belizário (*in memoriam*), que, desde pequena, me apoiaram e me incentivaram. Vô, você sempre disse que queria me ver formada. Espero que esteja feliz, vindo daí de cima!

Aos meus avós paternos, Maria Calista (Nelinha) e José Abílio, por todo o carinho e estima que têm comigo. Obrigada por me apoiarem e se orgulharem de mim.

À minha bisavó, Cosma Marques (*in memoriam*), matriarca da família, mulher de sabedoria, agradeço por todos os ensinamentos, cuidado, apoio e carinho. Sei que sempre torceu muito por mim.

À professora Beatriz, que foi meu início na graduação: fui sua bolsista no GEDIP e, hoje, sou sua orientanda. Obrigada pelos ensinamentos no começo e no fim do curso. Suas contribuições na minha formação são gigantes.

À Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, pelos dados disponibilizados e pelo trabalho que fazem na busca por uma universidade mais acessível.

Aos professores do curso de Psicologia, por todo o ensinamento nesses 5 anos.

Às minhas amigas Bruna e Gabriella, com quem dividi momentos bons e difíceis na graduação, obrigada por tornarem meus dias mais leves.

À toda minha família que me apoiou de alguma forma.

À todos que fizeram parte da minha trajetória universitária, o meu muito obrigada.

“Não existe luta de uma só causa porque
não vivemos vidas de uma só causa.”
(AUDRE LORDE, 1982)

RESUMO

A deficiência visual se caracteriza pela perda parcial ou total da visão, sendo definida como cegueira ou baixa visão. Os desafios relacionados à deficiência visual não se limitam à perda da visão, mas também envolvem diversos fatores, como o capacitismo estrutural e outros marcadores sociais, como gênero, classe social e raça. A combinação desses elementos pode intensificar as desigualdades, bem como provocar o desgaste emocional que pessoas com deficiência visual passam ao buscar a acessibilidade, conhecido como fadiga de acesso, especialmente diante das barreiras ao acessar o ensino superior. Este trabalho teve como objetivo analisar dados institucionais da Universidade Federal do Ceará, com as seguintes variáveis: sexo (feminino ou masculino), tipo de deficiência (cegueira ou baixa visão) e curso de graduação. A partir de uma pesquisa documental quantitativa, exploratória e descritiva desses dados, foi possível interpretá-los à luz dos conceitos de fadiga de acesso, interseccionalidade e deficiência a fim de promover reflexões sobre os achados que dialogam com a literatura.

Palavras-chave: fadiga de acesso; deficiência visual; interseccionalidade; universidade

ABSTRACT

Visual impairment is characterized by the partial or total loss of vision, defined as blindness or low vision. The challenges related to visual impairment are not limited to the loss of vision but also involve several factors, such as structural ableism and other social markers like gender, social class, and race. The combination of these elements can intensify inequalities, as well as cause emotional exhaustion experienced by people with visual impairments in their search for accessibility, known as access fatigue, especially in the face of barriers to accessing higher education. This study aimed to analyze institutional data from the Universidade Federal do Ceará, considering the following variables: sex (female or male), type of disability (blindness or low vision), and undergraduate program. Based on a quantitative, exploratory, and descriptive documentary analysis of this data, it was possible to interpret it in light of the concepts of access fatigue, intersectionality, and disability, in order to promote reflections on the findings in dialogue with the literature.

Keywords: access fatigue; visual impairment; intersectionality; higher education

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
	PARTE I.....	12
2	DEFICIÊNCIA VISUAL: BREVE PANORAMA DAS CONSTRUÇÕES DESCRITIVAS E POLÍTICAS DE UM CONCEITO CULTURAL.....	12
3	SOBRE A FADIGA DE ACESSO.....	15
4	PERSPECTIVAS SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL E A PRODUÇÃO HISTÓRICA DE FADIGA DE ACESSO.....	16
	PARTE II.....	22
5	DO CONTEXTO EM QUE SE SITUA A PESQUISA E SOBRE A METODOLOGIA.....	22
5.1	Do Contexto em que se Situa a Pesquisa.....	22
5.2	Sobre a Metodologia.....	23
	PARTE III.....	23
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	23
6.1	Perfil dos Estudantes com Deficiência Visual na Universidade Federal do Ceará.....	23
6.2	A Universidade e a Produção de Fadiga de Acesso: das Estratégias Assistivas ao Acesso Coletivo.....	27
6.3	A Produção de Fadiga de Acesso e os Atravessamentos de Gênero na Universidade.....	30
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A temática que direciona esta monografia é a fadiga de acesso no ensino superior, analisada a partir de uma perspectiva interseccional e com base em dados referentes a estudantes com deficiência visual (DV) da Universidade Federal do Ceará (UFC). A escolha desta temática surge de um interesse e identificação pessoal, bem como da percepção de que, mesmo com a existência de políticas de acessibilidade, estudantes com deficiência ainda enfrentam barreiras significativas que impactam sua trajetória universitária.

Uma vez que neste trabalho a temática centra-se sobre a fadiga de acesso no ensino superior, sobretudo em relação às pessoas com deficiência visual, faz-se importante conceituar o que compreendemos por acessibilidade. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), em seu artigo 3º, a acessibilidade é compreendida como um direito que ultrapassa a esfera arquitetônica, abrangendo também dimensões comunicacionais, tecnológicas e atitudinais.

A partir desse entendimento, temos como pergunta norteadora: de que forma os marcadores sociais relacionados à deficiência visual impactam a produção de fadiga de acesso na universidade?. Dessa maneira, o objetivo principal deste estudo é analisar as implicações da fadiga de acesso no ensino superior, a partir de dados quantitativos de estudantes com deficiência visual da UFC.

A justificativa deste trabalho monográfico se dá pela necessidade de ampliar o debate sobre inclusão e a acessibilidade, deslocando-se de uma abordagem técnica para um olhar político da deficiência, levando em consideração que as questões sociais, de gênero, raça e classe influenciam a vivência de pessoas com deficiência, sobretudo visual, visto que é o público que constitui o foco desta pesquisa.

Cabe destacar que esta monografia inicialmente estava prevista para ser uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com o objetivo de investigar os impactos emocionais da fadiga de acesso em mulheres universitárias com deficiência visual adquirida. O projeto foi submetido para a condução da pesquisa ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP/PROPESQ) da Universidade Federal do Ceará em 14 de março de 2025, uma vez que a ideia inicial era entrevistar mulheres com deficiência visual adquirida para entender a produção da fadiga de acesso e as consequências emocionais. No entanto, o CEP/PROPESQ UFC teve suas atividades suspensas temporariamente pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tornando

inviável a aprovação do projeto dentro do prazo previsto para conclusão no semestre de agosto de 2025, tendo em vista que o projeto entrou em apreciação de ética no dia 3 de junho de 2025. Pretende-se desenvolver uma continuidade deste trabalho, em um segundo momento, a partir das entrevistas com mulheres com DV adquirida.

Diante disso, a pesquisa foi adaptada para uma análise documental quantitativa, exploratória e descritiva a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, considerando aspectos interseccionais relacionados à deficiência, com enfoque nas questões de gênero.

Os dados analisados referem-se a estudantes com deficiência visual, incluindo casos de baixa visão e cegueira, e contemplam informações sobre gênero e cursos de graduação. Ressalta-se que os dados são agregados e não contêm informações pessoais ou identificáveis. A análise busca evidenciar a prevalência de estudantes com deficiência visual nos cursos da universidade, os recortes de gênero, com destaque para a predominância masculina, e as possíveis implicações estruturais dessas desigualdades, bem como da fadiga de acesso no contexto universitário.

Para isso, o trabalho foi organizado em três partes. A parte I está composta pelos itens 2, 3 e 4, que apresentam as bases epistêmicas que fundamentam o estudo; A parte II, pelo item 5, no qual situa o contexto do estudo e sua metodologia; e a parte III, composta pelo item 6, apresenta a análise e a reflexão dos dados.

PARTE I

2 DEFICIÊNCIA VISUAL: BREVE PANORAMA DAS CONSTRUÇÕES DESCRITIVAS E POLÍTICAS DE UM CONCEITO CULTURAL

Neste momento do texto, apresentamos um apanhado teórico da deficiência visual desde uma perspectiva descritiva e biomédica para fins de conhecimento e caracterização. No entanto, cabe destacar que o objetivo deste trabalho é apresentar a deficiência a partir de um olhar político. O termo “descritiva” faz referência ao que Mia Mingus (2011) define como descritivamente com deficiência e politicamente com deficiência. O primeiro conceito se refere a pessoas que, embora vivam com deficiência, não refletem sobre o capacitismo ou não se consideram pessoas com deficiência. Enquanto o segundo se refere a pessoas que compreendem a experiência da deficiência de maneira política, entendendo que a deficiência também é atravessada por múltiplas intersecções que moldam a

identidade e a vivência deficiente. Destaca-se que tais marcadores sociais não incidem exclusivamente sobre as pessoas com deficiência, mas exercem influência ampla sobre diferentes sujeitos e contextos sociais.

Duas colocações que se fazem necessárias, primeiro o capacitismo.. e

Podemos caracterizar a deficiência visual pela perda total ou parcial da capacidade de enxergar em um ou ambos os olhos, sendo uma condição que não pode ser revertida com o uso de lentes, óculos, tratamentos clínicos e cirúrgicos (LOURENÇO, *et al.*, 2020). O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 3.128/2008, define a pessoa com deficiência (PCD) visual como aquela que apresenta cegueira ou baixa visão, com base na Classificação Internacional de Doenças (CID-10, atualmente CID-11) (BRASIL, 2008c) entendendo-se por cegueira a perda total ou a alteração grave de funções elementares da visão, que pode ser congênita ou adquirida. Assim como a cegueira, a baixa visão também pode ser congênita ou adquirida, sendo caracterizada por um comprometimento da capacidade funcional da visão, decorrente de fatores que podem ser isolados ou associados e que não podem ser corrigidos com óculos ou procedimentos cirúrgicos. (LOURENÇO *et al.*, 2020).

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), é considerada DV quando há uma condição ocular irreversível relacionada ao sistema visual em uma ou mais de suas funções, identificada a partir da “acuidade visual com gravidade específica entre deficiência visual para longe leve, moderada ou grave ou cegueira e deficiência visual para perto” (OMS, 2025). Outras características também são avaliadas, “como o campo visual da pessoa, sensibilidade ao contraste e visão de cores” (OMS, 2025).

Sendo uma deficiência sensorial, entende-se que a cegueira se apresenta como um espectro. Florindo (2021) aponta que nem sempre a pessoa cega tem a ausência total da visão, em alguns casos, há percepção visual da luz. Já a baixa visão refere-se a pessoas que possuem algum resíduo visual, no entanto a visão remanescente não permite o desempenho de certas atividades que necessitem da visão nítida, mesmo com o uso de recursos ópticos como lentes de contato, óculos ou procedimentos cirúrgicos (FLORINDO, 2021).

A partir dessas definições, percebe-se que a deficiência visual apresenta desafios que não se limitam à visão, uma vez que existem outros fatores que interseccionam a deficiência (FARIAS *et al.*, 2022), como gênero, raça e classe. Tais

desafios, quando associados ao esforço contínuo para atender as expectativas sociais, denominado como fadiga de acesso, (KONRAD, 2021), gera impactos emocionais significativos na saúde mental de homens e mulheres com essa condição.

Conforme os dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com dois anos ou mais declararam ter algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população brasileira nessa amostra. Além disso, durante a pesquisa foi possível identificar que a população, em sua maioria, são pessoas pretas (9,5%) e que as mulheres apresentam maior prevalência (10%) do que os homens (7,7%), evidenciando desigualdades também sob o recorte de gênero e raça (IBGE, 2023).

Deste modo, ao analisar os dados da PNAD Contínua, pode-se destacar também as taxas de analfabetismo das pessoas com deficiência (PCD) entre 15 e 29 anos é de 11,7% enquanto a de pessoas sem deficiência é de 0,5%. Essa discrepância se desdobra na realidade de um ingresso ainda pequeno de pessoas com deficiência ao ensino superior e reforça a relevância de pesquisas voltadas à vivência da deficiência no Brasil, principalmente quando articuladas a marcadores sociais como gênero, classe e raça.

A ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) promovida pela Organização das Nações Unidas em 2006 e adotada pelo Brasil em 2008 (BRASIL, 2008b), teve um papel fundamental para a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) (BRASIL, 2008a) e, futuramente, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), uma vez que ampliou as discussões sobre a deficiência e a garantia de direitos sociais, civis e legais. No que diz respeito ao acesso à educação, a Lei de Cotas (Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), dispõe sobre “o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior [...] de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência [...]” (BRASIL, 2023, Art. 1º) sendo um marco importante para a promoção do acesso às universidades, espaço majoritariamente ocupado por corpos normativos.

No entanto, visualiza-se que mesmo com as leis, ainda persistem desafios para ampliar o ingresso de pessoas com deficiência ao ensino superior, como por exemplo, promover uma cultura de acesso coletivo, (GESSER *et al.*, 2024b), tema que será aprofundado no decorrer do trabalho.

Seja congênita ou adquirida, a deficiência visual não se limita somente ao comprometimento funcional dos olhos. Adotando como perspectiva o Modelo Social da Deficiência, que compreende a deficiência como uma construção social e estrutural resultante das condições em que a pessoa vive, bem como da interação entre suas limitações com as barreiras impostas pela sociedade dificultando a participação plena das pessoas com deficiência (FORESTI e BOUSFIELD, 2022), é possível compreender que a cegueira e baixa visão não são, por si só, a causa das limitações vividas, mas estão associadas a falta de acessibilidade e adaptações no contexto em que essas pessoas estão inseridas, visto que muitos fatores estão envolvidos, como aspectos psicológicos, ambientais e físicos, que se interligam e interagem, criando identidades, vivências e experiências únicas.

3 SOBRE A FADIGA DE ACESSO

Konrad (2021) conceitua a fadiga de acesso como o padrão diário e contínuo de pessoas com deficiência que precisam se esforçar constantemente para garantir o próprio acesso. Esse conceito revela o desgaste físico e emocional decorrente dessa busca constante, frequentemente acompanhada da tarefa de educar aqueles que poderiam facilitar ou oferecer acessibilidade. Além disso, Konrad ressalta que as pessoas com deficiência vivem em um estado contínuo de autopreservação e auto-invenção. Esse processo é extremamente exaustivo, pois exige que elas performem um self deficiente - uma identidade que seja socialmente aceitável para interações públicas, o que inclui enfrentar as percepções e sentimentos dos outros sobre a deficiência, muitas vezes em detrimento de como elas próprias se percebem.

Esse conceito dialoga diretamente com os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual, que, além de reorganizar suas rotinas e ressignificar sua identidade, precisam lidar com as expectativas externas e com o esforço constante para garantir seu acesso. Mingus (2017) utiliza o termo intimidade forçada para descrever o trabalho emocional que as pessoas com deficiência têm que fazer para ter acesso, o que envolve compartilhar questões pessoais com pessoas não

deficientes em função de ter acesso e, também, a intimidade física forçada, especialmente para aqueles que necessitam de acesso físico.

Essas questões tornam-se ainda mais complexas quando consideramos a interseccionalidade entre deficiência, gênero e raça, que intensifica os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no acesso a direitos e oportunidades (KONRAD, 2021). Nesse cenário, os estudos feministas da deficiência são fundamentais, uma vez que tensionam as narrativas capacitistas patologizantes dos corpos não normativos e buscam novas possibilidades de se relacionar com a deficiência (GESSER *et al.*, 2024a).

Os estudos feministas da deficiência surgem do ativismo deficista (GESSER *et al.*, 2024a) com o entendimento de que a deficiência também é constitutiva de subjetividade (GARLAND THOMSON, 2002) sendo atravessada por diversos marcadores sociais, como gênero, classe e raça. Tendo isso em consideração, este trabalho adota os estudos feministas da deficiência porque:

I - temos a deficiência como categoria de análise, entendendo que esta molda as experiências de vida e a forma como as pessoas com deficiência se percebem e são percebidas socialmente;

II - compreendemos que os marcadores sociais também constituem a subjetividade e produzem desigualdades;

III - quando associados, tendem a intensificar os processos de marginalização e exclusão, o que pode repercutir no sofrimento psíquico das pessoas com deficiência.

Por fim, o olhar político dos estudos da deficiência nos permite compreender a deficiência não mais como uma condição individual, mas como uma construção social, possibilitando refletir sobre as opressões estruturais que atravessam as deficiências e sobre formas de enfrentá-las coletivamente.

No item seguinte, discorreremos sobre a deficiência visual a partir de um olhar social, apresentando os conceitos de deficiência e lesão, discutindo como se relacionam com a fadiga de acesso – a qual entendemos como algo histórico na trajetória da deficiência visual.

4 PERSPECTIVAS SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL E A PRODUÇÃO HISTÓRICA DE FADIGA DE ACESSO

Ainda que a classificação biomédica seja importante para fins de diagnóstico, devemos entender que a deficiência não se limita ao que apresentamos no item anterior. Na verdade, o que discorreremos anteriormente – embora sendo a perspectiva ainda hegemônica em nossa sociedade – é só uma das leituras possíveis sobre o que se constrói como DV. A classificação visa padronizar a fim de considerar se uma pessoa possui deficiência ou não. No entanto, isso não é suficiente para compreender a experiência de ser PCD em sua totalidade. Baseado no modelo social da deficiência, compreende-se que esta é “uma situação, algo que sistematicamente acontece durante a interação social” (FRANÇA, 2013, p. 4), ou seja, a deficiência está relacionada à falta de acessibilidade e aos preconceitos enraizados na sociedade. Advém do modelo biomédico considerar que a deficiência é algo que está completamente no domínio do corpo e que a incapacidade de fazer algo é consequência direta dessa condição. Logo, para esse modelo, as desvantagens sofridas por PCDs estariam relacionadas a sua lesão, quando na realidade, elas são construídas socialmente. Por isso, para o modelo social da deficiência, a principal intervenção deve ser feita na sociedade (FRANÇA, 2013).

Para o modelo social da deficiência, há uma diferença entre deficiência e lesão. A lesão diz respeito ao corpo físico, como ausência de membros ou de funções sensoriais, por exemplo. Já a deficiência refere-se a desvantagem social vivenciada pelo corpo lesionado devido a organização social que leva em conta somente os corpos normativos. Nesse sentido, o modelo social compreende que a sociedade constrói suas próprias representações da lesão, indo além da biologia e perpassando a ideia de tragédia pessoal (FRANÇA, 2013). Dessa forma, o corpo com lesão passa a ser interpretado como um corpo marcado pela limitação e pela perda.

Essas concepções entram em evidência, na tese de Florindo (2021), intitulada “Ações letradas como construção social: práticas de letramentos de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública”, a qual apresenta relatos de pessoas com deficiência visual adquirida e de seus familiares, discutindo a hegemonia do discurso visiocêntrico, as representações sociais da DV e os modos de acesso dessas pessoas aos letramentos.

A partir das transcrições das entrevistas, é possível perceber como a ideia de “tragédia pessoal” perpassa as narrativas dos entrevistados. A cegueira é permeada por sentimentos de tristeza por alguns familiares que expressam o desejo de

compartilhar um pouco, e não a totalidade, de sua visão para os parentes com DV, uma vez que foi relatado que “ninguém quer ser deficiente visual” (*apud* FLORINDO, 2021, p. 57). Além disso, percebe-se a associação entre a cegueira e a resiliência, descrevendo as pessoas com deficiência visual como “muito fortes” e “corajosas”, por terem superado algo considerado muito difícil e por conseguirem “fazer tudo que uma pessoa normal faz” (*apud* FLORINDO, 2021, p. 57).

Como aponta a autora, a utilização da palavra normal como adjetivo remete à ideia de incapacidade associada às pessoas com deficiência, uma herança do modelo biomédico que não leva em conta as barreiras arquitetônicas, políticas e socioculturais. Florindo (2021, p. 59) também destaca que “a existência de dependência entre visão e atividades da vida diária é recorrente, o que implica no estabelecimento de uma relação de incapacidade às pessoas cegas ou com baixa visão.” Nesse sentido, essa perspectiva contribui para a construção de uma relação de dependência atribuída à deficiência, reforçando o estereótipo de que as condições corporais são as únicas responsáveis pelas dificuldades experienciadas.

Essas construções sociais estão presentes não somente nos significados que moldam a deficiência e o corpo normativo, mas podemos perceber também nos estudos de gênero. Judith Butler (2024), no capítulo 6 de seu livro “Quem tem medo do gênero?”, discute sobre a inseparabilidade entre o corpo e o ambiente, nessa imbricação, o ambiente se refere às interações sociais, econômicas e relacionais. Para ela, “o corpo biológico só vive na medida que está vinculado a outras formas de vida e a uma série de sistemas sociais e poderes”(p. 184) Nesse sentido, a autora desestabiliza em sua obra a ideia de um corpo puramente biológico, compreendendo que as normas sociais não só regulam a aparência das pessoas, mas também produzem e reproduzem o que será considerado aceitável. Embora não dialogue diretamente com a deficiência visual, as argumentações de Butler contribuem para o entendimento de que a DV não é apenas uma condição biológica, mas também uma construção atravessada por discursos e práticas sociais, médicas e políticas que definem o que é um corpo funcional.

É partindo dessa concepção, que entendemos que a fadiga de acesso e a intimidade forçada se constituem como expressões concretas de toda uma miríade de construções sociais que atravessam e, muitas vezes, se enraízam no cotidiano das pessoas com deficiência. Observa-se, pois, que, embora seja um conceito novo, a fadiga de acesso está presente desde sempre nas experiências de vida de

pessoas com deficiência, assim como a intimidade forçada (MINGUS, 2017), uma vez que, historicamente, espera-se que pessoas com deficiência exponham sua vida – a sua intimidade, a fim de garantir o acesso por meio de outras pessoas. Além disso, também inclui um trabalho retórico emocional para garantir o acesso, ou seja, não se trata apenas da exposição, mas da necessidade de narrar a sua história de maneira convincente e justificar suas demandas para que o acesso seja concedido. Isso implica que PCDs estão, repetidamente, explicando suas condições e revivendo situações dolorosas na tentativa de sensibilizar o outro para que a acessibilidade, que é um direito, seja assegurada.

A partir disso, podemos tensionar a própria ideia de lesão. Assim como, para Butler (2024), o sexo é uma construção social, a lesão também pode ser compreendida dessa forma. É inegável os avanços feitos pela primeira geração do modelo social da deficiência, todavia, ao binarizar lesão e a deficiência, acaba-se por cair, novamente, nas narrativizações dicotômicas do SER humano. Ao incorporar conceitos como a fadiga de acesso e intimidade forçada, amplia-se o questionamento sobre as barreiras encontradas na busca por acessibilidade e permite compreender que tanto a lesão, quanto a deficiência são construções sociais. Partindo dessa compreensão, os estudos feministas da deficiência permitem uma conceituação ampliada da deficiência que rompe com o estereótipo unificado da deficiência, visto que, de acordo com Gesser et al (2024a), tais estudos apresentam elementos para entender a experiência “como múltipla, interseccional, circunscrita em um contexto social e político” (p. 4).

Ao direcionar para o contexto brasileiro, destaca-se o modelo biopsicossocial da deficiência, que orienta as políticas públicas brasileiras, como a LBI. De acordo com Francisco e Gonzalez (2022), esse modelo contribui para a compreensão da deficiência a partir da experiência de cada indivíduo, considerando as dimensões médicas, psicológicas e as questões sociais que visam o coletivo e a inclusão. No entanto, mesmo com os avanços promovidos por esse modelo, ainda é possível identificar lacunas, especialmente no que diz respeito às dimensões subjetivas, emocionais e políticas da deficiência.

A psicologia enquanto ciência e profissão foi, e em muitos aspectos ainda é, atravessada pela concepção de norma e, conseqüentemente, possui muitos métodos que buscam fazer um “ajustamento de conduta” (CRUZ *et al.*, 2017, p. 248) dos sujeitos aos padrões sociais. Se analisarmos, historicamente, o processo de

estudo e de desenvolvimento da saúde mental como campo epistemológico e prático, observa-se que este foi marcado por opressões, uma vez que nas instituições manicomiais eram institucionalizadas pessoas com deficiência, em situações de rua, em sofrimento psíquico e todos aqueles e aquelas que não condiziam (condizem) com o modelo a ser seguido, sendo marginalizados.

Atualmente, autores da Psicologia que estudam a deficiência, apontam que as práticas psicológicas ainda são bastante ligadas ao modelo biomédico. Como menciona Gesser et al (2022) “esse, por compreender a experiência da deficiência como circunscrita ao corpo com impedimentos, acaba focando suas ações muito mais na busca pela adequação dos corpos e mentes do que para a construção de espaços voltados à promoção do acesso coletivo” (p. 2). Embora a psicologia, enquanto ciências humanas, venha adotando estudos interseccionais, ainda são poucos/as os/as autores/as que consideram e que estudam a deficiência como categoria de análise da psicologia, conjuntamente com as intersecções entre gênero, raça e sexualidade, considerando também a deficiência como constitutiva de subjetividade. (GESSER, NUERNBERG e TONELLI, 2012; GESSER et al., 2022).

Nesse sentido, Moraes (2010) propõe uma psicologia que trabalhe com intervenções voltadas para o espaço do “e”, isto é, que a prática psicológica não aconteça a partir de imposições de saberes sobre o outro, mas sim a partir do “referencial do outro” (p. 28). Em outras palavras, a autora indica que as intervenções sejam baseadas no reconhecimento do saber da pessoa com deficiência como ponto de partida. Dessa forma, Moraes (2010) afirma que esta deve ocorrer “no espaço entre cegos e videntes e não dos videntes para cegos” (p. 28). O uso conectivo “e” sugere que a escuta psicológica só acontece no encontro das pessoas, e a partir disso se constrói significados que emergem da diferença.

Ao pensar sobre a cegueira, é possível perceber que os escritos datam da antiguidade até os dias atuais, sendo abordada a partir de diversas interpretações, desde figuras mitológicas, como Tirésias, profeta cego conhecido por clarividência – associação comum feita às pessoas cegas na época, fundamentada “na convicção de que a privação da visão implicada na cegueira tenderia a coexistir com outras formas de ver o mundo a partir de uma intimidade com o que está fora dele.” (MARTINS, 2006, p. 57). Já na Idade Média, era vista como punição divina resultante de pecado, ao mesmo tempo que associava-se ao ato de caridade da Igreja Católica, constituindo uma objetificação sociocultural sobre a cegueira,

repassada ao longo dos séculos e que ainda tem influência atualmente “tanto ao nível das instituições presentes nas sociedades civis, como nos valores que permanecem ligando a cegueira à vivência da vulnerabilidade, da piedade e da dependência” (MARTINS, 2006, p. 56), sendo conhecido como modelo caritativo (BOCK e NUERNBERG, 2018).

Sob essa perspectiva, a cegueira, desde os primórdios é marcada por diversos estereótipos e crenças, bem como por preconceitos e processos de exclusão social. Isso ocorre devido a busca constante da sociedade em estabelecer um padrão de normatividade corporal. Consequentemente, todos que divergem desse espectro, passaram e ainda passam, por processos de exclusão e marginalização, como apontado por Martins (2006)

A perplexidade que me traz prende-se com a inequívoca situação de exclusão e marginalização social vivida pelas pessoas cegas na nossa sociedade, uma constatação não difícil, que de ponta a ponta se liga com a negação da autoria social advir da subjectividade das pessoas cegas. É com esse nexos que as vivências da cegueira se debatem, desde os estigmas que quotidianamente se lhes apõem, até às estruturas e valores que consentem na exclusão de áreas tão fundamentais como o ensino e o emprego. (p. 15)

Em um episódio do programa TEDx intitulado “Que tal seguirmos pelo desvio?”, a convidada Maria Fernanda Melgaço (2025) discorre sobre suas vivências enquanto mulher com deficiência visual. Melgaço (2025) põe em perspectiva que os limites e as possibilidades não estão ligados a cegueira e a baixa visão em si, mas sim à maneira que a sociedade lê essa condição, um ponto que condiz com a citação de Martins (2006) anteriormente mencionada. Além disso, relatou ter ouvido várias vezes que não conseguia fazer algo e que recebia parabéns ao fazer algo que é esperado de qualquer criança que enxerga, o que exemplifica toda discussão que vem sendo feita até aqui a respeito do capacitismo presente nas relações sociais.

Outro ponto chave da fala de Maria Fernanda Melgaço (2025) é a reflexão sobre as questões de identidade que atravessam a deficiência. Ela compartilha que tentava performar a norma antes de se reconhecer como uma mulher com deficiência visual. Tal construção identitária dialoga com Moraes et al (2016) que afirmam que “a perda da visão, exige uma (re)elaboração da relação entre corpo e percepção e consequentemente, da relação entre cada corpo singular com o mundo” (p.151), evidenciando que o processo de reconhecimento enquanto pessoa com deficiência envolve uma reconstrução da identidade a partir de novas experiências

corporais e perceptivas, sobretudo a partir do reconhecimento da autonomia e da subjetividade.

Melgaço (2025) traz reflexões importantes acerca da deficiência visual ao abordar que, muitas vezes, pessoas com deficiência têm medo de ocupar espaços aos quais possuem o direito, porque, uma vez que os ocupam, são lidas de maneira pejorativa. Quando a sociedade põe PCDs no lugar de um outro inferior, marginalizado, está reforçando a exclusão das pessoas desses espaços, como por exemplo, da universidade.

Até o momento, realizamos um percurso em que abordamos a DV tanto de maneira descritiva, quanto política. Nos itens seguintes, nos detemos na descrição do contexto no qual esta pesquisa se insere, bem como da metodologia adotada para a coleta, organização, análise e interpretação dos dados. Feito isso, avançamos em direção a terceira parte da monografia, na qual, com base no que foi previamente apresentado e discutido, analisamos os dados censitários coletados, os quais se constituem e se constroem como o *corpus* de nosso estudo. Nos centramos, respectivamente, (i) no contexto em que está situada a pesquisa, (ii) na metodologia adotada.

PARTE II

5 DO CONTEXTO EM QUE SE SITUA A PESQUISA E SOBRE A METODOLOGIA

5.1 Do Contexto em que se Situa a Pesquisa

Vinculada ao Ministério da Educação em 16 de dezembro de 1954, a UFC possui mais de 120 cursos de graduação, nos quais já graduaram mais de 117.700 pessoas (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2024). Atualmente, possui oito *campi* no estado do Ceará, sendo três deles em Fortaleza e os demais nas cidades de Crateús, Itapajé, Quixadá, Russas e Sobral.

56 anos depois, a partir do Programa Incluir do MEC, a Secretaria de Acessibilidade UFC foi criada, em 2 de agosto de 2010, com o objetivo de promover inclusão e acessibilidade na UFC. A criação da secretaria foi um marco importante na garantia dos direitos dos estudantes com deficiência. Para além da disponibilização de recursos assistivos, a Secretaria desenvolve projetos de inclusão

em parceria com professores e técnico-administrativos, promovendo uma abordagem interdisciplinar e intersetorial (LEITÃO, 2014).

Nesse sentido, é importante observar também o cenário nacional de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior. De acordo com o Censo do Ensino Superior de 2023 houveram 23.112 matrículas de graduação de pessoas com baixa visão e 4.276 pessoas com cegueira em todo o Brasil (INEP, 2024). Além disso, com relação a acessibilidade, o Censo aponta que as universidades privadas possuem mais recursos assistivos do que as universidades públicas, 69% das universidades privadas possuem materiais ampliados e em áudio, enquanto as estatísticas na universidade pública são de 37% e 41% respectivamente. Os materiais em Braille correspondem a 49% nas universidades privadas e 36% nas públicas. (INEP, 2024). Os dados do Censo não apresentam recortes interseccionais detalhados, como a distribuição de matrículas de pessoas com deficiência por gênero, o que dificulta análises mais aprofundadas sobre as desigualdades no acesso à universidade.

5.2 Sobre a Metodologia

Realizou-se um estudo documental quantitativo, de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa documental, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são fontes primárias, diferentemente de pesquisas bibliográficas que se baseiam em fontes secundárias já analisadas por outros autores.

O aspecto descritivo se refere à apresentação de dados sobre estudantes autodeclarados com deficiência visual por sexo, tipo de deficiência e curso de graduação. Já a análise exploratória está relacionada ao objetivo de levantar reflexões iniciais sobre as desigualdades interseccionais e os desafios para a promoção de um acesso coletivo na universidade, bem como discutir as possíveis implicações da fadiga de acesso para esse público. Os dados utilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e disponibilizados pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, em dezembro de 2024.

O processo para acessar os dados se deu por meio do contato presencial com a assistente social da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, vinculada a Divisão de Acompanhamento Pedagógico e Social (DAPS). Inicialmente, a consulta teve como objetivo apenas verificar a viabilidade da pesquisa, a partir do número de

mulheres com deficiência visual. No entanto, com a necessidade de adaptação da proposta original, os dados disponibilizados passaram a orientar o desenvolvimento deste trabalho.

Nos itens subsequentes, apresentamos a análise de dados, estruturada em dois momentos. Em primeiro lugar, apresentamos a forma como os dados fornecidos pela Secretaria foram organizados. Em seguida, tecemos nossas interpretações com base nessa descrição, analisando os dados à luz dos conceitos de fadiga de acesso, interseccionalidade e deficiência.

PARTE III

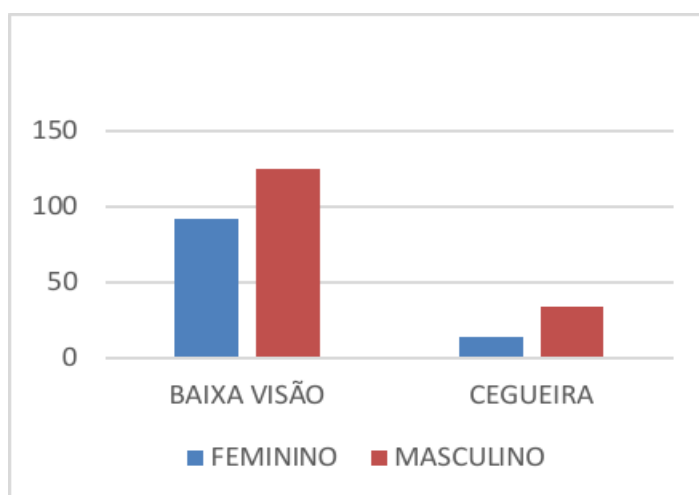
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1 Perfil dos Estudantes com Deficiência Visual na Universidade Federal do Ceará

A fim de aprofundar a compreensão sobre a intersecção entre gênero e deficiência no acesso ao ensino superior por pessoas com deficiência visual, realizou-se uma análise quantitativa, exploratória e descritiva de dados institucionais da UFC. A base contempla informações de estudantes matriculados nos cursos de graduação da universidade, contendo as seguintes variáveis: sexo (feminino ou masculino), tipo de deficiência visual (cegueira ou baixa visão) e curso de graduação. Por se tratar de uma abordagem quantitativa, o objetivo não é estabelecer relações causais, mas identificar indícios que permitam refletir, baseados nos referenciais teóricos discutidos, sobre a presença e a distribuição de estudantes com deficiência visual no contexto acadêmico. A análise de dados integrada à discussão, busca articular os dados quantitativos com os conceitos de interseccionalidade, fadiga de acesso e o capacitismo presente na trajetória acadêmica.

O ingresso na UFC se dá através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), no qual, em 2025, ofertou 6.278 vagas em 107 cursos de graduação distribuídos entre Fortaleza e o interior do Ceará. Dentre essas, 402 vagas foram destinadas para pessoas com deficiência divididas igualmente entre baixa renda e independente de renda, o que representa aproximadamente 6,4% das vagas totais (UFC, 2025).

Em relação aos estudantes autodeclarados com deficiência visual, a partir dos dados do SIGAA identificou-se 265 alunos autodeclarados com deficiência visual matriculados em cursos de graduação nos campi de Fortaleza e do interior do estado, sendo 217 (81,89%) com baixa visão e 48 (18,11%) com cegueira. Ao analisar a distribuição de estudantes por sexo e tipo de deficiência, observa-se uma prevalência de estudantes do sexo masculino: 125 homens (47,17% do total) com baixa visão e 34 (12,83% do total) com cegueira. Em comparação, o número de estudantes do sexo feminino é menor: 92 mulheres (34,72% do total) com baixa



visão e 14 (5,28% do total) com cegueira. Como mostra a figura 1:

Figura 1 - Distribuição de estudantes com deficiência visual por sexo e tipo de deficiência (baixa visão e cegueira). Fonte: Dados extraídos do SIGAA UFC e organizados pela autora (2025)

Essa discrepância pode evidenciar que mulheres com deficiência visual encontram mais barreiras durante o percurso até o ensino superior. Como aponta Silva (2020), o ensino superior é uma realidade muito distante para a maioria das mulheres com deficiência. Tal dificuldade de acesso se relaciona aos múltiplos fatores estruturais, como a falta de políticas públicas efetivas, a ausência de recursos de acessibilidade nas escolas de educação básica, além das barreiras atitudinais e sociais que perpassam todo o processo educacional desse grupo. Para Silva (2020) tanto a literatura quanto a legislação ainda são tímidas ao abordar aspectos específicos da vida de mulheres com deficiência.

Atualmente, existem pessoas com deficiência visual em 80 cursos de graduação, divididos entre os campi da UFC e por turnos. Na Tabela 1 estão listados os cursos com maior concentração de estudantes com DV. Ao analisar a tabela, é possível perceber uma maior concentração de mulheres nos cursos de Ciências

Humanas e Ciências Sociais, como Psicologia, Letras, Pedagogia e Ciências Contábeis, já os demais cursos apresentam uma predominância masculina, como Ciência da Computação, Direito, Medicina e Engenharias. No curso de Agronomia não há nenhuma mulher com deficiência visual autodeclarada. Farias, Bezerra e Pita (2023, p. 597) destacam como o capacitismo pode influenciar a escolha de curso de mulheres com deficiência, “anulando objetivos e escolhas pessoais da estudante a fim de encaixar o que a sociedade preconiza como possível fazer enquanto mulher com deficiência”.

Tabela 1 – Distribuição de estudantes com deficiência visual por curso e sexo na UFC (2024)

Curso	Masculino	Feminino	Total Geral
Ciência da Computação	11	6	17
Letras	4	7	11
Medicina	6	4	10
Direito (Noturno)	7	2	9
Psicologia	1	7	8
Ciências Contábeis (Diurno)	3	5	8
Medicina – Sobral	3	4	7
Pedagogia (Noturno)	2	5	7
Direito (Diurno)	6	1	7
Ciência de Dados	4	2	6
Engenharia de Computação	4	2	6

Pedagogia (Diurno)	2	3	5
Engenharia de Software	4	1	5
Agronomia	5	0	5
Gestão de Políticas Públicas	4	1	5
Odontologia	3	2	5
Engenharia Elétrica	4	1	5
História	2	2	4

A partir da descrição quantitativa dos dados, revelou-se a predominância de estudantes com deficiência visual do sexo masculino na UFC. Também foi possível perceber que, entre os tipos de deficiência, a baixa visão está em maior número, sendo a cegueira significativamente menos presente, especialmente entre as mulheres. Essa diferença expressiva entre a quantidade de homens e mulheres aponta para um cenário desigual, que se acentua quando analisado sob uma perspectiva interseccional.

Os dados indicam que o ingresso de mulheres com deficiência visual no ensino superior ainda é limitado, indicando que o percurso é marcado por obstáculos que vão além do acesso físico. A concentração das estudantes em cursos tradicionalmente femininos, como Pedagogia e Psicologia, permite levantar hipóteses de que o capacitismo, somado às desigualdades de gênero, possa influenciar não apenas o acesso, mas também, a trajetória universitária dessas mulheres. Nesse sentido, buscou-se fazer reflexões sobre esses achados, articulando com conceitos da literatura.

6.2 A Universidade e a Produção de Fadiga de Acesso: das Estratégias Assistivas ao Acesso Coletivo

A universidade enquanto espaço de produção de conhecimentos é frequentemente concebida como um ambiente plural e diverso. No entanto, ainda

persistem inúmeras barreiras que precisam ser enfrentadas para que a inclusão seja de fato uma realidade, sendo o capacitismo uma dessas barreiras urgentes e estruturais que marcam as práticas institucionais e impactam diretamente as experiências de PCDs no ensino superior. Florindo (2021) aponta que a universidade, mesmo com todo seu potencial de construção de conhecimento, ainda não desenvolveu sensibilidade e criatividade para acolher a diversidade vivida por pessoas com deficiência.

As autoras Finesilver, Leigh e Brown (2020) no capítulo 8 do livro *“Ableism in Academia”* apresentam os conceitos de invisibilidade e flutuação, os quais contribuem para compreender desafios cotidianos enfrentadas por pessoas com deficiências ‘invisíveis’, como é o caso da deficiência visual em casos de baixa visão ou quando a pessoa não faz uso de recursos assistivos. Diferentemente das deficiências consideradas visíveis, as deficiências consideradas invisíveis não são reconhecidas de imediato pela sociedade, o que frequentemente leva a contestação dos direitos das pessoas à acessibilidade.

No contexto da DV essa situação se torna ainda mais complexa, uma vez que frequentemente as pessoas precisam legitimar sua condição por não ser prontamente perceptível aos outros. Nesse sentido, quando as pessoas não se utilizam de recursos assistivos que identificam a deficiência, há uma tendência social que presume que enxergam totalmente. No ambiente universitário, por exemplo, uma estudante com baixa visão pode conseguir ler textos a uma certa proximidade, mas não conseguir enxergar rostos ou visualizar o quadro à uma certa distância, o que pode gerar comentários como “você consegue ler, então deve enxergar bem”. Esse tipo de fala demonstra o que as autoras chamam de invisibilidade, que se evidencia principalmente quando o indivíduo demanda tempo adicional, materiais acessíveis e/ou ajustes de iluminação, uma vez que a ausência de marcas visíveis da deficiência pode gerar questionamentos sobre a legitimidade das necessidades de acesso.

Além disso, a DV pode apresentar flutuações, ou seja, não é estática e constante, e isso implica que pode variar conforme o ambiente, o nível de luminosidade, bem como o grau de cansaço ou estresse visual acumulado.

As condições podem flutuar, de modo que, em um dia, uma pessoa pode precisar usar uma cadeira de rodas, em outro pode conseguir se locomover com muletas ou uma bengala, e, na semana seguinte, pode não precisar de nenhum apoio físico para ficar de pé ou andar. (FINESILVER, LEIGH e BROWN, 2020, p. 148, tradução da autora)

Desse modo, é possível que uma pessoa tenha um desempenho considerado bom em determinada atividade e, no dia seguinte, não consiga realizá-la novamente devido a fadiga ocular, o que pode gerar questionamentos como: “ontem você conseguiu, porque hoje não consegue?”. No contexto universitário, muitas atividades podem estar impactadas pelas invisibilidades e pelas flutuações (FINESILVER, LEIGH e BROWN, 2020), uma vez que os cronogramas estabelecidos nas disciplinas, pesquisas, extensões e estágios costumam ser inflexíveis, atribuindo um custo para pessoas com deficiência, visto que “ocupar um espaço de ensino por horas pode nos "custar" mais energia ou ter um impacto maior sobre nossa saúde em alguns dias do que em outros.” (FINESILVER, LEIGH e BROWN, 2020, p. 149, tradução da autora). Além disso, “sem sinais visíveis de deficiência, podemos nos ver repetidamente alocados em salas sem condições adequadas de acessibilidade [...] ou sentir que precisamos explicar ou justificar nossa condição continuamente para colegas e/ou estudantes.” (FINESILVER, LEIGH e BROWN, 2020, p. 149, tradução da autora).

Essas explicações constantes para justificar a deficiência implicam em diversos impactos na saúde mental de pessoas com deficiência, além de contribuir para o fenômeno da fadiga de acesso, conceito desenvolvido por Annika Konrad (2021) para descrever o desgaste físico e emocional que resultam da necessidade constante de provar a sua condição para as demais pessoas. Konrad (2021) define que pessoas com deficiência estão em um constante processo de auto-invenção e autopreservação, no qual o primeiro se refere a necessidade de performar um ‘eu ideal’ (GESSER *et al.*, 2024b) que seja socialmente aceitável e confortável para o outro, mais do que para si mesmo. Esse posicionamento evidencia que o acesso é tanto sobre as expectativas, pensamentos e sentimentos de terceiros, quanto sobre as reais necessidades das pessoas com deficiência. Enquanto isso, a autopreservação se refere a uma estratégia feita para ‘medir’ se o acesso vale o esforço ou não.

Para os participantes com deficiência visual do estudo de Konrad (2021), o desgaste emocional não está apenas no ato de acessar os espaços, mas sim na necessidade constante de se adaptar a um modelo capacitista de corponormatividade. Ao pensar na fadiga de acesso dentro do ambiente universitário, entende-se que o capacitismo é endêmico dentro da estrutura da

academia e que, embora cada episódio isolado de capacitismo possa não ser considerado grave ou intencionalmente capacitista, quando se analisa o acúmulo das microagressões, percebe-se que estas afetam emocionalmente o indivíduo em suas atividades acadêmicas. (AHMED, 2012; HARRIS, 2017; FINESILVER, LEIGH e BROWN, 2020).

No Brasil, Gesser et al (2024b) apontam que a garantia do acesso coletivo é um dos grandes desafios para ampliar a participação de PCDs no ensino superior. Sendo um dos dez princípios da justiça defixa, o acesso coletivo, transcende a disponibilização de recursos assistivos para estudantes com DV. Enquanto as estratégias inclusivas se concentram em soluções como leitores de telas, materiais em braille e audiodescrição, pensar em um acesso coletivo significa ir além disso, entendendo que a verdadeira inclusão demanda transformações sociais mais profundas. Exemplificando, isso significa compreender que, uma estudante cega, que é também mulher, negra e de baixa renda enfrenta barreiras na universidade que vão muito além da ausência de tecnologias assistivas, diferentemente de um estudante cego, homem, financeiramente estável. Gesser et al (2024a) destacam que, mesmo quando todos os recursos assistivos são disponibilizados, as pessoas podem não se sentir pertencentes ao espaço que estão inseridas, especialmente quando consideramos as múltiplas intersecções entre gênero, sexualidade, raça, etnia, idade, regionalismo e classe social, conforme discute Gesser e Mello (2023), citados por Gesser et al (2024a). O coletivo Sins Invalid, em sua definição de acesso coletivo ressalta que

Como pessoas negras, indígenas e outras pessoas com deficiência racializadas e queer, trazemos flexibilidade e nuances criativas aos nossos relacionamentos uns com os outros e valorizamos explorar e criar novas maneiras de fazer as coisas que vão além da normatividade capacitista de corpo e mente. As necessidades de acesso não precisam ser motivo de vergonha: todos nós temos habilidades diversas que funcionam de forma diferente em diferentes ambientes. As necessidades de acesso podem ser articuladas dentro de uma comunidade e atendidas de forma privada ou coletiva, com base nas necessidades e desejos do indivíduo e na capacidade do grupo. Podemos compartilhar a responsabilidade por nossas necessidades de acesso sem vergonha; podemos pedir que nossas necessidades sejam atendidas sem comprometer nossa integridade; podemos equilibrar nossa autonomia e comunidade; podemos não ter medo de nossas vulnerabilidades, sabendo que nossos pontos fortes são respeitados.

Dessa forma, o acesso coletivo dentro do espaço universitário demonstra que a presença de pessoas com DV ou qualquer deficiência não deve ser vista como

uma concessão ou uma adaptação, mas sim como uma oportunidade de enriquecimento da educação através da diversidade e das diferentes perspectivas de mundo, a partir das intersecções que perpassam as narrativas universitárias.

6.3 A Produção de Fadiga de Acesso e os Atravessamentos de Gênero na Universidade

Como visto anteriormente, tanto a deficiência quanto o sexo são construídos socialmente. De acordo com Silva (2020), é a visão essencialista da deficiência que sustenta determinadas percepções sobre a funcionalidade física, cognitiva e de sexo como se fossem dados naturais e biológicos, desconsiderando os significados socioculturais que são constituidores de identidade das mulheres com deficiência.

Garland-Thomson (2002), ao propor os estudos feministas da deficiência, evidencia que as experiências de mulheres com deficiência não podem ser compreendidas isoladamente, uma vez que perpassam uma dupla marginalização advindas das opressões de gênero e capacitistas. Gesser, Moraes e Vale (2024), sob essa perspectiva apontam que os estudos feministas da deficiência tem como objetivo a valorização das narrativas de PCDs como mecanismos políticos capazes de confrontar estereótipos que os hierarquizam e marginalizam.

A trajetória universitária de mulheres com deficiência, é marcada por exclusão, invisibilidade e práticas assistencialistas, nos quais essas estudantes se tornam alvos de ações governamentais que, muitas vezes, não garantem seu protagonismo sobre os assuntos que lhe dizem respeito (FARIAS, BEZERRA e PITA, 2023). Dessa forma, percebe-se que se fala muito sobre deficiência, mas pouco com as pessoas com deficiência, o que evidencia a continuidade de discursos hegemônicos capacitistas. Nesse contexto, mulheres com deficiência enfrentam ainda mais obstáculos para se formar na universidade, porque estas precisam superar estereótipos limitantes sobre o seu desempenho em atividades cotidianas e relacionados ao seu desenvolvimento cognitivo (SILVA, 2019; SILVA, 2020).

Além disso, como citado anteriormente, estudantes mulheres com deficiência podem ter suas experiências permeadas por invisibilidades que estudantes homens com deficiência podem não ter, levando em conta um país com forte desigualdade de gênero, na universidade, então uma estudante cega mulher que vive com desigualdades sociais tem invisibilidades

Silva (2020) também dá destaque que tampouco as experiências de mulheres sem deficiência se comparam às opressões, às discriminações e ao silenciamento que sofrem as mulheres com deficiência.

A partir desse cenário, podemos perceber que as questões de gênero, assim como a deficiência influenciam para a produção de fadiga de acesso. Gesser et al (2024b), então propõem que o conceito de fadiga de acesso seja compreendido a partir de uma perspectiva interseccional e sociopolítica, uma vez que ela não se limita às relações interpessoais. Para além disso, existe um contexto capitalista neoliberal que individualiza a responsabilidade pelo acesso, transferindo para a mulher com deficiência, ou para a sua família, o dever de buscar meios para garantir seus direitos à participação plena de cidadania. Segundo as autoras:

Propomos uma definição interseccional e sociopolítica deste termo. Essa definição de fadiga de acesso considera que, para além das relações interpessoais já muito bem descritas por Konrad (2021), existe um contexto capitalista neoliberal que responsabiliza cada pessoa individualmente (ou no máximo a sua família) a buscar os meios para construir o acesso para a pessoa
(GESSER et al., 2024b, p. 4)

A proposta das autoras dialoga com Illouz e Cabanas (2022) que apontam como, no capitalismo neoliberal, o empoderamento é frequentemente visto como uma construção individualizada de cada sujeito, associada ao esforço próprio, produzindo uma narrativa de que o sucesso ou o fracasso são resultados exclusivos das escolhas individuais, não levando em consideração fatores externos que influenciam às ações, isentando a responsabilidade coletiva. Além disso, como já visto anteriormente, histórias de pessoas com deficiência visual (e deficiências no geral), são vendidas como histórias de superação, enviesadas por um olhar meritocrático sem levar em consideração os atravessamentos sociais que produzem as dificuldades de acesso. Collins (2019) aponta que o empoderamento deve valorizar as experiências de cada trajetória, rejeitando os saberes que objetificam e mercantilizam as mulheres. O empoderamento, dessa forma, não é individual, é preciso empoderar, coletivamente, as mulheres com deficiência visual, para que haja transformações institucionais efetivas, pois, segundo a autora "somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social" (Collins, 2019, p. 515).

Dessa forma, pensar a fadiga de acesso como um fenômeno interseccional e sociopolítico nos permite romper com a lógica neoliberal de superação individual e

reposicionar o foco para as responsabilidades institucionais, ou seja, não se trata de exigir que uma estudante com deficiência visual crie a sua própria acessibilidade, trata-se de reconhecer que a instituição, nesse caso, a universidade, deve fazê-lo. E este não deve ser feito de maneira única e individualizado, mas sim um acesso que seja coletivo e que atenda as diversidades presentes no ambiente acadêmico. Compreender essa dimensão é reconhecer que as violências estruturais demandam esforços adicionais para as estudantes com deficiência permanecerem presentes na universidade, o que é evidenciado pelos dados quantitativos apresentados.

Portanto, a fadiga de acesso emerge das múltiplas barreiras que não são apenas relacionadas ao ambiente, mas também são simbólicas, estruturais e atitudinais. Os comportamentos capacitistas reforçam o mito de independência, no qual pessoas com deficiência são vistas como incapazes devido a sua suposta dependência. Isso reforça não somente as opressões de gênero como também descredibiliza a produção de relações baseadas na interdependência, essenciais para avançar em direção a uma universidade mais inclusiva.

Diante do exposto, é possível compreender que a trajetória universitária de estudantes, principalmente mulheres, com deficiência visual é atravessada por múltiplas intersecções que intensificam as desigualdades. A fadiga de acesso, nesse contexto, surge como um fenômeno que vai além das relações interpessoais, estando enraizado nas práticas institucionais, nas narrativas meritocráticas e na responsabilização individual pelo acesso, características do capitalismo neoliberal. Assumindo uma perspectiva interseccional, este estudo buscou contribuir para reflexões sobre as barreiras ainda presentes no ensino superior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar as desigualdades interseccionais vivenciadas por estudantes com deficiência visual no ensino superior, com ênfase nas implicações de gênero e do capacitismo nesse contexto. A partir de uma análise quantitativa, exploratória e descritiva dos dados institucionais da UFC, foi possível evidenciar a predominância masculina entre os estudantes com deficiência visual, bem como a maior presença de pessoas com baixa visão em relação às com cegueira, principalmente entre as mulheres.

Apesar de não apresentar diretamente as experiências de estudantes com deficiência visual, a distribuição desigual entre os cursos permite tecer hipóteses e

reflexões importantes acerca do percurso dos estudantes até o ingresso na universidade. Além disso, a presença reduzida das mulheres com deficiência visual indica que esse grupo pode estar mais sujeito às barreiras institucionais que se somam à fadiga de acesso relacionada à deficiência. Um exemplo disso é a concentração de estudantes com deficiência em cursos com predominância feminina.

As discussões relacionadas à fadiga de acesso permitem compreender que esta vai além de obstáculos físicos e burocráticos, estando enraizada em práticas institucionais e sociais que reforçam a responsabilidade individual pela garantia do acesso. Diante disso, pensar o acesso coletivo é essencial para enfrentar as desigualdades dentro da universidade, uma vez que este transcende as tecnologias assistivas e promove uma inclusão que gera transformações sociais.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa apresenta um recorte específico e limitado, uma vez que os dados analisados remetem a Universidade Federal do Ceará. No entanto, as análises e interpretações aqui discutidas levantam questões relevantes que podem refletir a realidade de outras universidades brasileiras. Ressalta-se que, por ser uma universidade pública, a transparência de informações disponibilizadas pela Secretaria de Acessibilidade foi essencial para a realização da análise proposta.

Assim, é necessário ampliar estudos sobre o tema, considerando diferentes contextos regionais e institucionais através de uma perspectiva interseccional, a fim de promover uma compreensão mais ampla e aprofundada das desigualdades enfrentadas por pessoas com deficiência visual no ensino superior, sobretudo as mulheres.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO CEARÁ. 70 anos da UFC. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/especiais/70-anos-da-ufc/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BOCK, G. L. K; NUERNBERG, A. H. As concepções de deficiência e as implicações nas práticas pedagógicas. ANAIS do Congresso da Educação Básica - COEB, Florianópolis, 2018.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 18 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: Inep, 3 out. 2024. 79 p. Disponível em: download.inep.gov.br/.../resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 18 mai 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Brasília: Ministério da Saúde, 2008c. Acesso em: 18 dez 2024.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRUZ, A. V. H. et al.. A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 239–252, 2017.

FARIAS, Adenize Queiroz de; BEZERRA, Andreza Vidal; MEDEIROS, Lívia Laenny Vieira Pereira de; FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz. Sexismo, capacitismo e racismo: perspectivas interseccionais. In: SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivalet; COSTA, Laureane Marília de Lima (Org.). **Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado**. Florianópolis: UDESC, 2022. p. 97-115. Acesso em: 20 fev. 2025.

FARIAS, Adenize Queiroz de; BEZERRA, Andreza Vidal; PITA, Fábila Halana Fonseca Rodrigues. O acesso de mulheres com deficiência nas universidades federais nordestinas: um diálogo interseccional à luz de contribuições feministas. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 14, n. 3 (37. ed.), p. 591-602, ago./dez. 2023. DOI: 10.30681/reps.v14i3.11178. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps>. Acesso em: 27 jun. 2025

FINESILVER, Carla; LEIGH, Jennifer; BROWN, Nicole. Invisible disability, unacknowledged diversity. In: BROWN, Nicole; LEIGH, Jennifer (ed.). **Ableism in Academia: Theorising Experiences of Disabilities and Chronic Illnesses in Higher Education**. London: UCL Press, 2020. p. 143–160.

FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. **Ações letradas como construção social: práticas de letramentos de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública**. 2021. 378 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Acesso em: 18 dez. 2024

FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 654-667, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jan. 2025.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 59-73, jul./dez. 2013.

FRANCISCO, Lucilene; GONÇALEZ, Paula Regina Ventura Amorim. Modelo biopsicossocial da deficiência: repositórios institucionais x acessibilidade. In: **Eixo Temático 1: Não deixar ninguém para trás**. [S.l.: s.n.], 2022

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming feminist theory. **NWSA Journal**, Baltimore, v. 14, n. 3, p. 1–32, Autumn 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4316922>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GESSER, M.; AYDOS, V.; BLOCK, P.; SILVA, P. X. da. Capacitismo nas trajetórias educacionais e a produção da fadiga de acesso. **Educação & Realidade**, v. 49,

e141797, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236141797vs01>. Acesso em: 12 mar. 2025.

GESSER, Marivete et al. O encontro com os estudos feministas da deficiência e a produção de narrativas insurgentes. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 24, e24515, 2024a. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2024000100717&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jan. 2025. Epub 23 ago. 2024. <https://doi.org/10.5935/2175-1390.v24e24515>.

GESSER, M. et al.. O ENSINO DOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e258221, 2022.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>.

GESSER, M.; MORAES, M. O.; VALE, G. M. DO S. M. DO .. Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 3, p. e101138, 2024.

ILLOUZ, Eva; CABANAS, Edgar. **Happycracia**. São Paulo: Ubu, 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Apresentação PNAD Contínua: Pessoas com Deficiência 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com deficiência: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 15 p. (PNAD Contínua). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 18 mai. 2025.

KONRAD, A. M. Access fatigue: The rhetorical work of disability in everyday life. **College English**, v. 83, n. 3, p. 179-199, 2021. Acesso em: 18 dez. 2024.

LEITÃO, Vanda Magalhães. Caminhos para a acessibilidade na UFC. In: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente (orgs.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. **Edições UFC**, Fortaleza, 2014. p. 19-38.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LOURENÇO, E. A. G. de; FIDALGO, S. S.; MALHEIRO, C. A. L.; CAMPOS, S. R. L. Conceito e características. In: **Acessibilidade para estudantes com deficiência**

visual: orientações para o ensino superior. São Paulo: Portal da Acessibilidade, 2020. Cap. 1, p. 1-4. Disponível em: . Acesso em: 19 jan. 2025.

MARTINS, B. S. **E se eu fosse cego.** Porto: Afrontamento, 2006.

MELGAÇO, Maria Fernanda. **Que tal seguirmos pelo desvio?** [vídeo]. YouTube, 28 mai. 2025. Disponível em: https://youtu.be/M1PLF_oLNLc?si=LXWYdpzz3Fn0jslX. Acesso em: 10 jun. 2025.

MINGUS, Mia. Forced intimacy: An ableist norm. **Leaving Evidence**, 6 ago. 2017. Disponível em: https://leavingevidence-wordpress-com.translate.goog/2017/08/06/forced-intimacy-an-ableist-norm/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 18 jan. 2025.

MINGUS, MIA. Moving toward the ugly: a politic beyond desirability. **Leaving Evidence**, 21 ago. 2011. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/08/22/moving-toward-the-ugly-a-politic-beyond-desirability/>. Acesso em: 9 de jul. 2025.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010. p.26-51

MORAES, Márcia Oliveira; SIMBINE, Alexandra Justino; LOPES, Beatriz Pizarro dos Santos; COUTO, Carolina Sarzeda Reis; TREBISACCE, Dandara Chiara Ribeiro; CHAVES, Gabrielle Freitas; VAZ, Juliana Pires Cecchetti; MIGNON, Larissa Ribeiro; PAULA, Lia Paiva; GARCIA, Luana de Assis; OLIVEIRA, Raffaella Petrini de; SILVA, Thais Amorim. PesquisarCOM: efeitos de uma oficina de experimentação corporal com pessoas cegas e com baixa visão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 11, n. 1, p. 147–160, jan./jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - 11ª Revisão (CID-11).** Genebra: OMS, 2025. Disponível em: <https://icd.who.int/browse/2025-01/mms/pt#30317704>. Acesso em: 25 mai. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SILVA, Samara Pereira da. A mulher com deficiência e sua trajetória educacional: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38311/pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Sins Invalid. **10 Principios de la justicia de discapacidad.** [S.I.]: Sins Invalid, s.d. Disponível em: <https://sinsinvalid.org/es/10-principios-de-la-justicia-de-discapacidad/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Cursos e Vagas. **SISU na UFC**. Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://sisu.ufc.br/pt/cursos-e-vagas-2025/>. Acesso em: 26 jun. 2025.